

**Golden Actives – Sociedade
Gestora de Participações
Sociais, S.A.**

**Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de Dezembro de 2011
acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

✓
B

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade consolidada da Golden Actives - SGPS, S.A. (Golden Actives), bem como, as respectivas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

Nos primeiros meses do ano os mercados financeiros foram marcados pelas crescentes tensões geopolíticas nos *MENA* (*Middle East and North Africa*). O aumento dos conflitos colocou em risco as exportações dos maiores fornecedores de petróleo, uma vez que os *MENA* controlam uma parte significativa da oferta global desta matéria-prima. As *commodities* serviram de refúgio e renovaram máximos atrás de máximos. A prata ultrapassou o máximo histórico de 1980 e aproximou-se dos 50 dólares a onça (49,80 dólares a onça), o ouro renovou máximos recorde e o Brent atingiu máximos desde 2008.

O desastre natural no Japão afetou gravemente a economia do país e colocou o mundo em tensão devido à possibilidade de um desastre nuclear. Durante o mês de Março a moeda japonesa atingiu valores máximos não registados desde a Segunda Guerra Mundial face ao dólar americano. No sentido de ajudar o Japão, o grupo das sete maiores economias mundiais (*G7*) decidiu colocar à venda ienes, para contrariar esta apreciação da moeda. Esta foi a primeira intervenção no mercado cambial do *G7* em 10 anos. Estes esforços conjuntos destinaram-se a acalmar o pânico comprador de ienes.

75B

A segunda metade do ano foi dominada pela crise da dívida soberana da Zona Euro e pelo impasse no congresso norte-americano. A crise da dívida, que teve início nos países periféricos da Zona Euro, rapidamente se propagou para economias de maior dimensão (Itália e Espanha). As *yields* a 10 anos da dívida soberana italiana ultrapassaram o nível psicológico dos 7% no dia 9 de Novembro (7,483%) e os *credit default swaps* a 10 anos passaram de 185 pontos base no início do ano para perto dos 500 pontos base. A estagnação da actividade económica e a debilidade do sector financeiro europeu ameaçaram o triplo A de alguns países da Zona Euro, nomeadamente a França pois está muito exposta à dívida soberana dos países periféricos.

O congresso americano conseguiu chegar a acordo para subir o teto da dívida dos Estados Unidos. No entanto, tal não impediu que a *Standard and Poor's* baixasse a notação de AAA para AA+. A agência considerou que o acordo atingido entre os dois partidos (democratas e republicanos) permitiu evitar uma possível situação de incumprimento, mas não foi suficiente para garantir a sustentabilidade das finanças americanas.

Mercado de Capitais

No segmento acionista destacaram-se as fortes quedas registadas na Europa. O índice alemão *DAX* recuou 14,69%, o francês *CAC* perdeu 16,95% e o espanhol *IBEX* desvalorizou 13,11%. O índice nacional *PSI 20* terminou o ano de 2011 com uma perda de 27,60%. Em termos de desempenho anual, o BCP deslizou perto de 75%, o BES recuou 53% e o BPI menos 62%. Nos EUA, o *S&P 500* terminou o ano a zero nos 1.257 pontos, o *Nasdaq Composite* recuou 1,80% e o *Dow Jones* amealhou 5,53%.

No segmento obrigacionista, nos EUA as obrigações do Estado Americano a 10 anos cotavam com um *yield* de 1,88% no final de 2011 *versus* 3,29% no final de 2010. Por sua vez, as obrigações do Estado Alemão a 10 anos cotavam com um *yield* de 1,83% no final de 2011 *versus* 2,96% no final de 2010.

No mercado cambial, a crise da dívida da Zona Euro afetou significativamente a confiança na moeda única europeia. No ano de 2011 o euro (EUR) depreciou 3,2% face ao dólar Americano (USD).

ATIVIDADE

A sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

No que toca à actividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (Golden Broker), cumpre dar nota do seguinte:

Durante o ano de 2011, a Golden Broker manteve a sua política de cobertura da totalidade do território de nacional e ao mesmo que tempo que reforçou o leque de clientes e parceiros institucionais.

A atividade da Golden Broker desenvolveu-se durante o ano de 2011 de forma sofrível, no que diz respeito a resultados, com as comissões cobradas a registarem uma quebra de 23% e o produto bancário um decréscimo de cerca de 16%. Apesar disso, a Golden Broker, obteve um resultado líquido positivo de 105.046 €, atingindo um resultado por ação, em 2011, de 1,50 € comparativamente aos 5,03 € do ano anterior.

Quanto aos serviços prestados, destacamos o lançamento da *newsletter Golden Diligence* e, bem assim, o alargamento do leque de instrumentos financeiros disponibilizados aos clientes, nomeadamente instrumentos financeiros complexos e obrigações (neste caso através da sedimentação da oferta já existente).

No que toca ao *compliance* e Controlo de Risco, continuou a política de desenvolvimento, implementação e reforço de sistemas e procedimentos de controlo da atividade levada a cabo pela sociedade (descritos no manual de procedimentos para o efeito elaborado, e objeto de atualização), de modo a garantir a adequação desses procedimentos não só às disposições legais em vigor, como também às exigências de controlo ditadas por uma política de reforço da qualidade e da sustentabilidade das estruturas (técnicas e humanas) da sociedade, nomeadamente a autonomização do *compliance*.

Com vista a dar continuidade à recolha de informação dos clientes foi implementada a utilização de um questionário KYC em sede de conhecimento do cliente e do seu perfil global com o objetivo de deteção e monitorização de transações de maior risco e a avaliação e definição de perfis de risco, quer de clientes, quer de operações.

Mais foi decidido reestruturar o departamento comercial da sociedade tendo em vista o alargamento da capacidade de angariação e acompanhamento.

Mantendo a opção que tem vindo a ser adotada, e tendo em vista sedimentar o conhecimento acerca do modo como a Golden Broker, se organiza, as regras que regem a sua atividade e, bem assim, os serviços prestados foram realizadas sessões de formação interna, tendo por objeto, nomeadamente, o regime fiscal dos instrumentos financeiros e a prevenção do branqueamento de capitais; sendo ainda de salientar, o incremento da participação dos colaboradores da sociedade em ações de formação externas sobre temas relevantes para a sociedade e para o desempenho de cada colaborador, nomeadamente, *coaching*, informática, prevenção de branqueamento, línguas e *marketing*.

Como consequência do acima exposto, os resultados líquidos consolidados foram positivos no montante de 112.015 €.

PERSPETIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2012, os resultados consolidados do Grupo continuem a ser positivos – fruto da atividade e resultados das sociedades participadas, em especial da Golden Broker.

Todos os esforços no ano de 2012 continuarão a ser desenvolvidos no sentido de se reforçar a visibilidade da Golden Broker no mercado em que opera, nomeadamente, através do alargamento da base de clientes decorrendo das premissas acima expostas, do reforço das plataformas de negociação, do aumento do leque de instrumentos financeiros disponibilizados,

do reforço dos serviços de investimento prestados e, ainda, da crescente capacidade de captação de clientes.

É, ainda, importante salientar que a sociedade, já em 2012, passou a ter um colaborador que, de um modo autónomo, concentra a responsabilidade da área de *compliance*.

Ao mesmo tempo, e com o propósito de reforçar o nível qualitativo dos serviços prestados, antevê-se uma sedimentação dos procedimentos de *compliance* e controlo do risco. Em especial, durante o primeiro semestre de 2012 deverá estar finalizado o processo de acolhimento formal da tipificação global do perfil de clientes, incluindo a tipificação de clientes e de operações em sede de prevenção de branqueamento de capitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

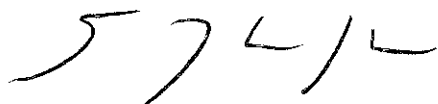
Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 15 de Março de 2012

O Conselho de Administração



Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira

Presidente



Alfredo Manuel Pinto Menezes

Vogal



António Pedro Marques Gonçalves de Jesus Azevedo

Vogal



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração são titulares das seguintes ações da sociedade e que não efetuaram qualquer transação durante o exercício de 2011:

	N.º AÇÕES 31-12-2010	AUMENTOS		ALIENAÇÕES	N.º AÇÕES 31-12-2011
		Aumento Capital	Aquisições		
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	0	0	0	56.000
Alfredo Manuel Pinto Menezes	2.000	0	0	0	2.000

Os órgãos de fiscalização não são titulares de quaisquer ações da sociedade.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2011, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.010	10,01%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

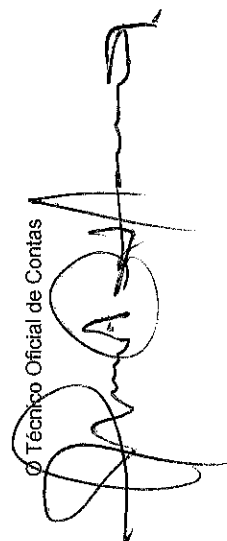
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

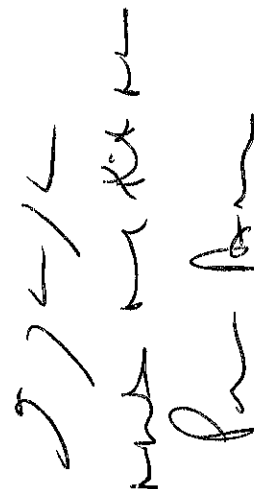
	Notas	2011		2010		Notas	2011	2010
		Valor antes de imparidades e amortizações	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido			
ACTIVO								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.615	-	1.615	1.112	7	-	15.357
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	7.625.416	-	7.625.416	18.640.904	9	160.000	160.000
Aplicações em instituições de crédito	4	750.000	-	750.000	837.960	8	8.577.017	20.734.613
Activos financeiros disponíveis para venda	5	623.065	-	623.065	618.132		8.737.017	20.909.970
Outros activos tangíveis	6	603.732	(348.182)	255.550	207.028			
Activos intangíveis	6	108.163	(104.895)	3.268	2.622			
Activos por impostos correntes	7	59.619	-	59.619	-	10	500.000	500.000
Outros activos	8	1.278.715	(39.684)	1.239.031	2.313.251	11	5.000	5.000
Total do Activo		11.050.325	(492.761)	10.557.564	22.621.009	12	(8.613)	(6.106)
						12	1.212.145	870.072
							112.015	342.073
							1.820.547	1.711.039
							10.557.564	22.621.009
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS								
Responsabilidades por serviços prestados	25			29.861.702	36.880.622			
Sistema de indemnização aos investidores	25			24.830	22.250			

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



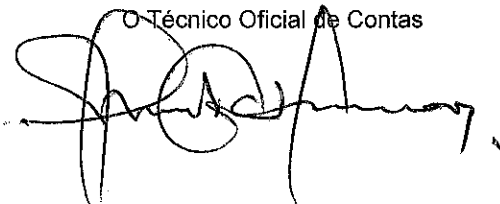
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Montantes expressos em Euros)

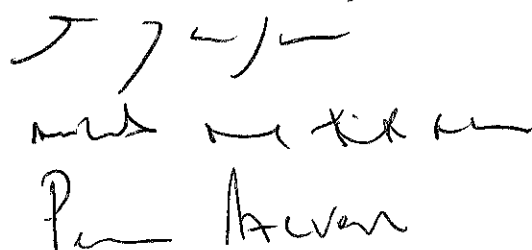
	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	13	100.322	68.829
Juros e encargos similares	13	(24.654)	(17.486)
Margem financeira		<u>75.668</u>	<u>51.343</u>
 Rendimentos de serviços e comissões	14 e 15	4.141.134	5.381.074
Encargos com serviços e comissões	16	(2.452.025)	(3.384.638)
Resultados de reavaliação cambial		(85)	(397)
Outros resultados de exploração	17	(131.852)	(127.968)
Produto bancário		<u>1.632.840</u>	<u>1.919.414</u>
 Custos com o pessoal	18 e 19	(531.817)	(439.988)
Gastos gerais administrativos	20 e 21	(804.067)	(914.748)
Amortizações do exercício	6	(83.349)	(79.960)
Provisões do exercício	8	(39.684)	-
Resultado antes de impostos		<u>173.923</u>	<u>484.718</u>
 Impostos			
Correntes	7	(61.908)	(142.645)
Resultado consolidado após imposto		<u>112.015</u>	<u>342.073</u>
 Resultado por acção			
Básico	22	1,12	3,42
Diluído	22	1,12	3,42

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

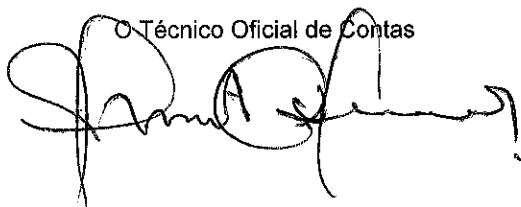


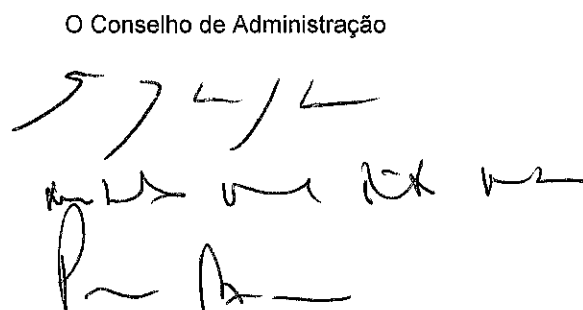
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2011	2010
Resultado líquido consolidado do exercício		112.015	342.073
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda		(2.507)	(3.709)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		<u>109.508</u>	<u>338.364</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas do rendimento integral.

O Técnico Oficial de Contas


O Conselho de Administração


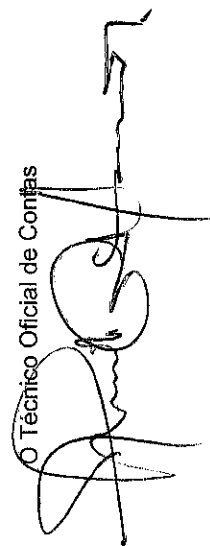
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Montantes expressos em Euros)

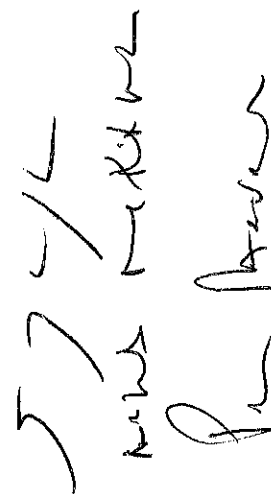
Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado consolidado do exercício	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	500.000	5.000	(2.496)	493.333	401.841	1.397.678
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(3.709)	-	-	(3.709)
Aplicação do resultado do exercício de 2009:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	401.841	(401.841)	-
Distribuição de gratificações	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Outras variações	-	-	99	(102)	-	(3)
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	342.073	342.073
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	500.000	5.000	(6.106)	870.072	342.073	1.711.039
5	-	-	(2.507)	-	-	(2.507)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	342.073	(342.073)	-
Aplicação do resultado do exercício de 2010:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	112.015	112.015
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	112.015	112.015
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	500.000	5.000	(8.613)	1.212.145	112.015	1.820.547

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



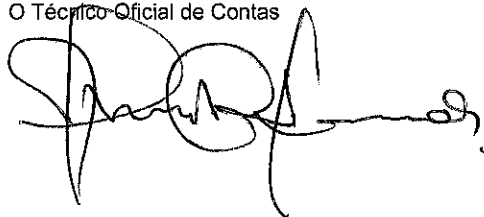
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

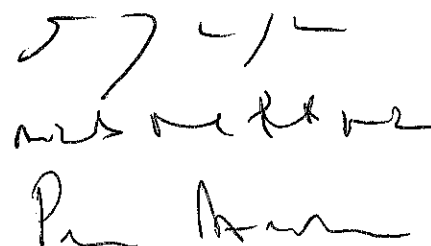
	2011	2010
Actividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	4.231.362	5.445.103
Juros, comissões e encargos similares pagos	(2.476.938)	(3.400.323)
Pagamentos ao pessoal	(439.660)	(398.850)
Recebimentos/ (Pagamentos) de impostos sobre o rendimento	(95.461)	(162.851)
Resultados de reavaliação cambial	(85)	(397)
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(924.204)	(1.045.185)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	295.014	437.497
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros detidos para venda	(454)	(500.639)
Aplicações em instituições de crédito	(750.000)	-
Outros activos	61.923	(106.217)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(688.531)	(606.856)
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	(337.484)	137.377
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(337.484)	137.377
Fluxos das actividades operacionais (1)	(731.001)	(31.982)
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	(4.403)	(996)
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(124.504)	(209.434)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(128.907)	(210.430)
Actividades de Financiamento:		
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(859.908)	(242.412)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.080.490	1.322.902
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	220.582	1.080.490

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço consolidado naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.615	1.112
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	218.967	261.378
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	-	818.000
Caixa e seus equivalentes	220.582	1.080.490
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	7.406.449	18.379.526
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	750.000	-
Aplicações de terceiros em instituições de crédito	-	19.960
Disponibilidades constantes do balanço	8.377.031	19.479.976

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes de 7.406.449 Euros e 18.379.526 Euros, respectivamente, referem-se às "Disponibilidades de terceiros" incluídas na rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 19.960 Euros refere-se às "Aplicações de terceiros" incluídas na rubrica "Aplicações em instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras).

Em 31 de Dezembro de 2011, as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses (até Outubro de 2012) e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de Outubro de 2006 tendo como objecto a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2011 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em Abril de 2003, e que tem como actividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou “*International Accounting Standards*” / “*International Financial Reporting Standards*” (“IAS / IFRS”), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de Fevereiro.

Durante o exercício de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A
B

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma	Data de entrada em vigor	Observações
Alterações à IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas e alterações à IFRS 8 - Segmentos Operacionais	Após 31-12-2010	Esta revisão vem simplificar a definição de «parte relacionada», eliminando simultaneamente certas incoerências internas, e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transacções com partes relacionadas. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 atrás referidas.
Alterações à IFRIC 14 - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	Após 31-12-2010	Estas alterações eliminam uma consequência não intencional da IFRIC 14 nos casos em que uma entidade sujeita a um requisito de financiamento mínimo procede ao pagamento antecipado de contribuições quando, em certas circunstâncias, a entidade que procede a esse pré-pagamento seria obrigada a reconhecer um dispêndio. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um activo.
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio e alterações à IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro	Após 30-06-2010	Esta interpretação aborda as seguintes questões: (a) os instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção total ou parcial de um passivo financeiro são «retribuições pagas» de acordo com o parágrafo 41 da IAS 39? (b) como deve uma entidade mensurar inicialmente os instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção desse passivo financeiro? (c) como deve uma entidade contabilizar qualquer diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro extinto e a quantia inicial mensurada dos instrumentos de capital próprio emitidos? As sociedades que adoptem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19.
Alterações à IFRS 1 - Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações	Após 30-06-2010	Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez.
Melhoramentos de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7 IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13	IFRS 1, 3 e IAS 32, 39: Após 30-06-2010 e IFRS 7, IAS 1, 34 e IFRIC 13: Após 31-12-2010	Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro, que visa simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros	Após 31-01-2010	Apresentação é alterada nos termos do anexo ao presente regulamento.

O efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro

Este processo envolveu a revisão de 8 normas e interpretações. Em resultado da adopção das alterações resultantes dos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro não se verificaram efeitos significativos ao nível das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes alterações, com aplicação obrigatória após 1 de Julho de 2011, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma	Data de entrada em vigor	Observações
Alterações à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações	Após 1-07-2011	Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Estas alterações, apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adopção das mesmas.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IAS/IFRS, o Conselho de Administração da Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, dos eventos e transacções em curso.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

1.1. Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das participadas.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método da consolidação integral. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos accionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos activos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1.2. Instrumentos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de aquisição pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção, excepto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efectuada através de resultados. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

a) Activos financeiros

i) Outros activos – contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 8).

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como acções e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os activos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

b) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

1.3. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos activos, são reconhecidos como custo do exercício.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objecto de depreciação.

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

1.5. Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não existem contractos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

1.6. Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

1.7. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos activos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de activos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2011.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

1.8. Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preço definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - Valor da transacção intermediada;
 - Quantidade da transacção intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - b) componente variável (performance) a qual é anualmente calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

1.9. Rubricas extrapatrimoniais

1.9.1. Actividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respectivo valor nominal (Nota 25). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

1.9.2. Actividade de gestão de património

A actividade de gestão contratada de activos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 25). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo (Nota 3).

Os activos sob gestão, para além das disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento e acções. As acções são valorizadas de acordo com as respectivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nos preços disponibilizados pelas instituições financeiras e/ou pelas respectivas Sociedades Gestoras (Nota 25).

1.10. Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projecções de evolução futura do negócio.

1.11. Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

1.12. Gestão do risco financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo transacciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da facturação ser efectuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da facturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transacções em moeda estrangeira não foram efectuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez no Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que o Grupo maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a actividade operacional do Grupo.

1.13. Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na actividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efectivação das transacções intermediadas;
- na actividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efectuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 8).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

1.14. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Handwritten signature and initials.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, percentagem efectiva de detenção do capital e actividade desenvolvida em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de capital	Actividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A.	Porto	Empresa-mãe	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Disponibilidades de terceiros:</u>		
BNP	5.448.315	1.139.555
Banco Espírito Santo, S.A.	773.530	14.201.200
Banco Comercial Português, S.A.	538.187	81.680
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	251.274	81.168
BCP Cayman	89.035	70.338
Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona "La Caixa"	79.957	352.833
Banque Privé Edmond de Rothschild Europe, S.A.	40.451	670.611
Banco Português de Negócios, S.A.	40.352	196.642
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	40.306	2.011
Saxo Bank A/S	38.187	1.170.220
Banco Santander Totta, S.A.	29.230	6.000
MF Global	15.457	83.616
Banco BPI, S.A.	10.251	17.700
Banco BEST, S.A.	6.005	6.005
Montepio Geral	3.781	91.930
Banco Invest, S.A.	1.500	-
L.J. Carregosa, S.A.	961	2.778
Finibanco, S.A.	-	2.314
Banco HSBC	(330)	202.925
	<u>7.406.449</u>	<u>18.379.526</u>
<u>Disponibilidades da Sociedade:</u>		
Banco Espírito Santo, S.A.	214.153	258.962
Banco Comercial Português, S.A.	4.814	2.416
	<u>218.967</u>	<u>261.378</u>
	<u>7.625.416</u>	<u>18.640.904</u>

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço do Grupo não lhes conferem o direito a qualquer remuneração. Em 31 de Dezembro de 2011, do total de disponibilidades de terceiros o montante de 2.779.013 Euros (10.926.858 Euros em 2010) refere-se a depósitos à ordem expressos em dólares (USD) estando a maior parte do remanescente expresso em Euros.

Em 31 de Outubro de 2011 a instituição financeira MF Global foi declarada insolvente. A essa data o Grupo detinha um valor em depósitos à ordem, por conta dos seus clientes, no montante de 20.000 dólares dos Estados Unidos. De imediato, a 3 de Novembro de 2011, o Conselho de Administração do Grupo efectuou uma reclamação junto do administrador judicial com vista à liquidação do valor em causa tendo este foi informado que estavam a ser adoptados todos os procedimentos com vista à segregação de activos de clientes e da MF Global, à tomada de controlo desses activos e ao apuramento dos valores devidos aos clientes. É do entendimento do Conselho de Administração que o valor reclamado será recuperado através do sistema de indemnização aos investidores local e daí não advirão perdas para os seus clientes.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica é constituída por três depósitos a prazo. Dois depósitos a prazo na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. de igual montante (250.000 Euros), os quais vencem juros à taxa fixa de 7,15% e têm o seu vencimento em Outubro de 2012; e outro na instituição financeira Millennium BCP no montante de 250.000 Euros o qual vence juros à taxa fixa de 7,3% e tem o seu vencimento também em Outubro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica era constituída por três depósitos a prazo. Dois depósitos a prazo próprios, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 800.000 Euros e 18.000 Euros, os quais venciam juros a taxas de mercado e tiveram o seu vencimento em Janeiro e Setembro de 2011, respectivamente; e outro de clientes no montante de 19.960 Euros na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. o qual vencia juros a taxas de mercado e teve o seu vencimento em Março de 2011.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	19.375	14.632
Obrigações de emissões públicas internacionais - taxa fixa	501.190	501.000
	<u>520.565</u>	<u>515.632</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>
	<u>623.065</u>	<u>618.132</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

Título	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT 4,375% 2007/2014	1.500.000	0,01 €	77,5%	11.825	14.632	15.000
Obrigações do Tesouro – OT 4,375% 2007/2014	1.000.000	0,01 €	77,5%	7.750	-	7.824
Obrigações do Tesouro Alemão – BKO 1,25% 11/2011	50.000.000	0,01 €	-	-	501.000	503.450
Obrigações do Tesouro Alemão – BKO 1% 03/2012	50.000.000	0,01 €	100,2%	501.190	-	499.750
				<u>520.565</u>	<u>515.632</u>	

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações encontravam-se registadas ao seu justo valor com base na cotação naquela data fornecida pela Bloomberg Finance L.P.. O valor de aquisição das OTA-BKO 1% 03/2012 foi de 499.750 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos financeiros disponíveis para venda – “Instrumentos de Capital” correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

Conforme a política definida na Nota 1.2.a)ii), este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, sendo entendimento do Conselho de Administração que o mesmo não excede o seu valor estimado de realização. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	Activo	Capital próprio	Resultado líquido	Total de proveitos
2011	2.207.652	1.518.000	429.898	4.501.725
2010	1.705.566	1.097.904	247.799	3.496.489

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Handwritten signature/initials

6. ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas rubricas “Activos tangíveis” e “Activos intangíveis”, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2011					
Activo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	173.935	113.722	-	-	287.657
Mobiliário e equipamento	31.187	3.045	-	-	34.232
Equipamento informático	142.454	11.348	-	(3.609)	150.191
Instalações interiores	30.741	-	-	-	30.741
Material de transporte	97.000	-	-	-	97.000
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>479.228</u>	<u>128.113</u>	<u>-</u>	<u>(3.609)</u>	<u>603.732</u>
Activos Intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	103.759	4.404	-	-	108.163
	<u>103.759</u>	<u>4.404</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>108.163</u>
	<u>582.987</u>	<u>132.517</u>	<u>-</u>	<u>(3.609)</u>	<u>711.895</u>

2011					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	74.848	28.786	-	-	103.614
Mobiliário e equipamento	25.505	2.840	-	-	28.345
Equipamento informático	119.718	21.640	-	(3.609)	137.749
Instalações interiores	24.531	1.724	-	-	26.255
Material de transporte	24.250	24.250	-	-	48.500
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.483	371	-	-	1.854
	<u>272.200</u>	<u>79.591</u>	<u>-</u>	<u>(3.609)</u>	<u>346.182</u>
Activos Intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	101.137	3.758	-	-	104.895
	<u>101.137</u>	<u>3.758</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104.895</u>
	<u>373.337</u>	<u>83.349</u>	<u>-</u>	<u>(3.609)</u>	<u>453.077</u>

2010					
Activo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	83.457	90.478	-	-	173.935
Mobiliário e equipamento	30.787	420	-	-	31.187
Equipamento informático	127.820	14.634	-	-	142.454
Instalações interiores	23.839	6.902	-	-	30.741
Material de transporte	-	97.000	-	-	97.000
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>269.794</u>	<u>209.434</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>479.228</u>
Activos Intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	102.763	996	-	-	103.759
	<u>102.763</u>	<u>996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103.759</u>
	<u>372.557</u>	<u>210.430</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>582.987</u>

2010					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	57.454	17.394	-	-	74.848
Mobiliário e equipamento	23.677	1.828	-	-	25.505
Equipamento informático	95.725	23.993	-	-	119.718
Instalações interiores	24.748	(217)	-	-	24.531
Material de transporte	-	24.250	-	-	24.250
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.431	52	-	-	1.483
	<u>204.900</u>	<u>67.300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>272.200</u>
Activos Intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	88.477	12.680	-	-	101.137
	<u>88.477</u>	<u>12.680</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.137</u>
	<u>293.377</u>	<u>79.980</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>373.337</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

7. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo encontra-se abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos por impostos correntes são como segue:

	2011	2010
<u>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:</u>		
Retenções na fonte	2.819	-
Pagamentos por conta	109.080	-
Pagamento especial por conta	11.562	-
Estimativa de imposto corrente do exercício	(63.842)	-
	<u>59.619</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2011	2010
<u>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:</u>		
Retenções na fonte	-	54
Pagamentos por conta	-	115.340
Pagamento especial por conta	-	11.894
Estimativa de imposto corrente do exercício	-	(142.645)
	<u>-</u>	<u>(15.357)</u>

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama, e a taxa de imposto agregada foi de 26,5%.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		173.922		484.718
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	46.089	26,50%	128.450
Tributação autónoma		16.509		11.999
Excesso de estimativa de imposto		(1.934)		-
Outros		1.244		2.196
Imposto apurado com base na taxa efectiva	35,60%	<u>61.908</u>	29,40%	<u>142.645</u>
Do qual:				
- Imposto corrente		63.842		142.645
- Excesso de estimativa de imposto		(1.934)		-

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

8. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros activos” pode ser detalhada como segue:

	2011	2010
<u>Devedores diversos:</u>		
Devedores por operações em derivados - Conta margem	1.033.307	2.068.695
Devedores por operações sobre valores mobiliários - saldos devedores	46.642	140.366
Devedores por operações sobre valores mobiliários - imparidade	(39.684)	-
	<u>1.040.265</u>	<u>2.209.061</u>
<u>Rendimentos a receber</u>	<u>12.245</u>	<u>18.126</u>
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Licenças de software	51.867	51.100
Rendas	9.000	9.000
Outros	19.526	6.864
	<u>80.393</u>	<u>66.964</u>
<u>Contas a regularizar</u>	<u>21.936</u>	<u>5.010</u>
<u>Outros devedores</u>	<u>33.338</u>	<u>14.090</u>
<u>Outros activos - Sector Público Administrativo:</u>		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	50.854	-
	<u>1.239.031</u>	<u>2.313.251</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como segue:

	2011	2010
<u>Fornecedores e outros credores:</u>		
Credores por operações em derivados - Conta margem	1.033.307	2.068.695
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos credores	7.283.731	18.244.894
Fornecedores c/c	67.345	65.454
	<u>8.384.383</u>	<u>20.379.043</u>
<u>Encargos a pagar:</u>		
Comissões	67.696	211.226
Remunerações	88.124	86.236
Encargos gerais administrativos	16.384	16.135
	<u>172.204</u>	<u>313.597</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>	<u>600</u>	<u>-</u>
<u>Outras exigibilidades - sector público administrativo:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:		
Retenções na fonte	7.743	9.723
Contribuições para a Segurança Social	9.437	8.264
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	-	21.111
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	707	740
Imposto do selo	1.943	2.135
	<u>19.830</u>	<u>41.973</u>
	<u>8.577.017</u>	<u>20.734.613</u>

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efectuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos respectivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica do activo “Devedores por operações sobre valores mobiliários – saldos devedores” no montante de 46.642 Euros corresponde aos saldos de operações já realizadas pelo Grupo por conta dos clientes, mas para as quais a respectiva liquidação financeira ao Grupo, por parte dos clientes, se encontra em mora. Daquele montante cerca de 6.000 Euros foram regularizados no início de 2012. Relativamente aos restantes saldos foram constituídos dois processos judiciais de recuperação de dívidas em 2011 (um processo de 30.000 Euros e outro de 10.000 Euros) de forma a recuperar o valor adiantado aos clientes pela Sociedade nestas operações. Por uma questão de prudência e uma vez que os referidos valores foram reclamados judicialmente, foi constituído um ajustamento pelo valor integral.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Naquele saldo estão incluídas uma conta a receber e uma conta a pagar, de igual montante (118.015 Euros), relativas a um saldo vencido a receber de um cliente que tem evidenciado risco de cobrança e a uma conta a pagar de igual montante a um comissionista, a qual não será exigível enquanto aquele valor não for realizado, ao abrigo de um acordo celebrado em finais de Junho de 2007 entre a Sociedade e o comissionista.

A rubrica do passivo "Credores por operações sobre valores mobiliários" corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica "Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos accionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 acções nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos accionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos accionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o sector bancário, aplicável à Sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. Relativamente à Sociedade Golden Actives – SGPS, S.A. a legislação comercial vigente determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A variação registada na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 diz respeito à valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5).

O valor registado na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" inclui 121.588 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos activos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.1).

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

13. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Outros juros e rendimentos similares:</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem e a prazo	51.997	48.186
Juros de aplicações em instituições de crédito	42.405	15.843
Outros juros e rendimentos similares	5.920	4.800
	<u>100.322</u>	<u>68.829</u>
 <u>Outros juros e encargos similares</u>	 <u>(24.654)</u>	 <u>(17.486)</u>

14. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Actividade de corretagem:</u>		
Comissões corretagem - fora de bolsa	2.158.451	4.447.180
Comissões de corretagem - bolsa	1.833.598	714.218
Outras comissões	2.458	1.792
	<u>3.992.507</u>	<u>5.163.190</u>
 <u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	47.460	44.426
Comissões de performance	18.332	163.129
Comissões de consultoria	82.835	10.329
	<u>148.627</u>	<u>217.884</u>
	<u>4.141.134</u>	<u>5.381.074</u>

15. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram prestados, maioritariamente, a clientes sedeados no mercado nacional.

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Actividade de corretagem:</u>		
Comissões de corretagem	2.368.199	3.262.722
<u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	45.108	67.293
<u>Serviços bancários</u>	<u>38.718</u>	<u>54.623</u>
	<u>2.452.025</u>	<u>3.384.638</u>

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto sobre o Valor Acrescentado suportado	(98.769)	(113.227)
Contribuições para o sistema de indemnizações	(16.098)	-
Outros custos	(37.166)	(30.211)
	<u>(152.033)</u>	<u>(143.438)</u>
 Outros ganhos e rendimentos	 20.181	 15.470
Outros resultados de exploração	<u>(131.852)</u>	<u>(127.968)</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

✓ 901, B

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Remuneração dos órgãos de gestão (Nota 19)	73.500	73.500
Remuneração dos colaboradores	363.814	298.326
Encargos sociais obrigatórios	92.157	66.138
Outros custos com pessoal	2.346	2.024
	<u>531.817</u>	<u>439.988</u>

O valor de remunerações dos colaboradores inclui um montante de 25.000 Euros relativos a gratificações a liquidar em 2012.

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, pode ser resumido como segue:

	2011	2010
<u>Com funções administrativas de enquadramento:</u>		
Administradores - Executivos	3	3
Directores	1	1
Pessoal técnico	10	10
Pessoal administrativo	1	1
	<u>15</u>	<u>15</u>

19. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 73.500 Euros (Nota 18).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser discriminadas como segue:

	2011	2010
Fernando Pereira	45.500	45.500
Helena Coelho	14.000	14.000
Alfredo Menezes	14.000	14.000
	<u>73.500</u>	<u>73.500</u>

O Fiscal Único do Grupo é a Deloitte & Associados, SROC e auferiu, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, uma remuneração global de 11.780 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não existiam adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Política de Remunerações

Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Actives tem em vista, entre outros objectivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos. Este alinhamento assenta, entre outros aspectos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores com funções executivas, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Actives.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Componentes da remuneração

A remuneração atribuída aos administradores com funções executivas e aos colaboradores de topo inclui uma componente fixa e uma componente variável que depende do desempenho obtido pela Golden Actives, pelas áreas sob a responsabilidade da pessoa em causa e do seu mérito.

A remuneração variável é por, regra, paga em dinheiro.

O Fiscal Único aufer, exclusivamente, remunerações fixas e, nesse sentido, a sua remuneração não se encontra dependente dos resultados.

Princípios da política de remuneração

A política de remuneração assenta em cinco vectores:

1. Desempenho

As remunerações dos administradores com funções executivas e dos colaboradores de topo estão directamente associados aos níveis de desempenho obtidos:

- pela Sociedade Gestora de Participações Sociais;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Os critérios utilizados na aferição do nível de desempenho e do peso relativo de cada uma das áreas atrás referidas variam de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa.

2. Competitividade

A Golden Actives procura oferecer aos seus administradores com funções executivas e colaboradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adoptar esta política, a Golden Actives tem o objectivo de atrair e reter os elementos mais eficazes, mais rendíveis e com maior potencial para a organização.

3. Estratégia

A remuneração atribuída a um determinado colaborador é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Actives, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

4. Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

5. Alinhamento com os Accionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre accionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da Sociedade Gestora de Participações Sociais.

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Serviços especializados	308.003	315.219
Publicidade	26.180	133.022
Rendas e alugueres (Nota 21)	155.011	130.892
Comunicações e despesas	76.116	126.154
Deslocações e estadas	93.920	50.300
Rendas de locação operacional	26.091	17.843
Outros	118.746	141.318
	<u>804.067</u>	<u>914.748</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 181.102 Euros (143.636 Euros em 31 de Dezembro de 2010) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que o Grupo age como locatário.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o Grupo tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	2011	2010
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	120.000	120.000
N+1	21.141	21.428
N+2	21.141	21.428
N+3	18.195	21.141
N+4	12.768	18.195
N+5	3.127	12.768
Após N+5	-	3.127
	<u>196.372</u>	<u>218.087</u>

21. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, nomeadamente empresas do Grupo Golden Assets e suas subsidiárias, grupo esse com uma estrutura accionista idêntica à da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	2011	2010
Outros passivos (Credores por operações sobre valores mobiliários)		
Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	2.271.470	12.816.505
	<u>2.271.470</u>	<u>12.816.505</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por accionistas comuns foram como segue:

	31.12.2011					
	Solid Assets	Golden Assets	GNI Events	Golden Corporate - Consultores, Lda.	Algor Systems, SA	Attitude Magna - Consulting, SA
Rendas e alugueres (Nota 20)	120.000	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	36.000	-	-	-	-
Comissões recebidas	-	655.578	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-
Publicidade (Nota 20)	-	-	-	-	-	-
Custos de manutenção de programas de computador	-	-	-	-	50.000	-
Serviços prestados	-	-	-	18.000	-	-

	31.12.2010					
	Solid Assets	Golden Assets	GNI Events	Golden Corporate - Consultores, Lda.	Algor Systems, SA	Attitude Magna - Consulting, SA
Rendas e alugueres (Nota 20)	120.000	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	7.500	36.000	-	-	-	-
Comissões recebidas	-	2.900.967	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-
Publicidade (Nota 20)	-	-	50.000	-	-	-
Custos de manutenção de programas de computador	-	-	-	-	75.000	-
Serviços prestados	-	-	-	9.000	-	12.000

22. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2011	2010
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por acção líquido e diluído	112.014	342.073
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por acção:		
Básico	1,12	3,42
Diluído	1,12	3,42

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de Março de 2012. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Accionistas.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

No decurso do mês de Fevereiro de 2012 a Empresa do Grupo Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. recebeu uma notificação de uma entidade de supervisão na sequência de uma ação de inspeção por esta efectuada em Outubro de 2008.

O Conselho de Administração da Empresa não concorda, de modo algum, com o teor da referida notificação, tendo apresentado a sua defesa face às acusações elencadas, às quais, corresponde, em abstrato e no seu conjunto, uma moldura contraordenacional, entre € 25.000 e € 5.000.000. Face à ausência de fundamento dessas acusações, é entendimento do Conselho de Administração que o resultado do processo não terá impactos patrimoniais para a Empresa.

25. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	24.830	22.250
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.9.1)	26.144.323	33.103.045
Valores administrados pela instituição (Nota 1.9.2)	3.717.379	3.777.577
	<u>29.861.702</u>	<u>36.880.622</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores" corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de Dezembro de 2011, ascende a 19.375 Euros (Nota 5).

A rubrica "Depósito e guarda de valores" reflecte o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM – Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

Os activos geridos apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
Fundos de investimento mobiliário	628.004	534.258
Acções	1.395.419	1.895.977
Outros	1.693.956	1.347.342
	<u>3.717.379</u>	<u>3.777.577</u>

Estes activos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.9.

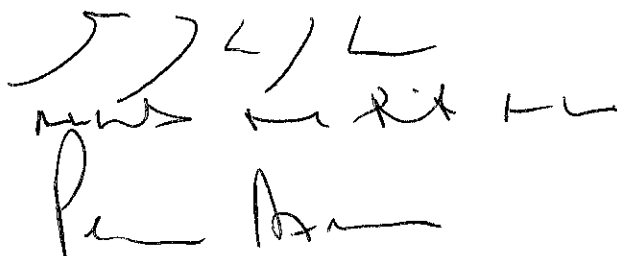
GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

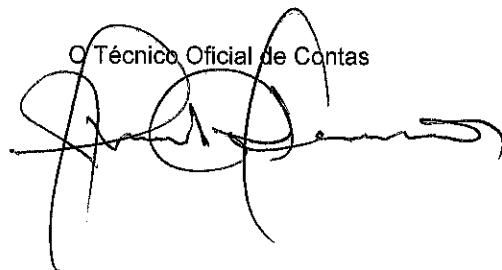
Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os “Fundos de investimento mobiliários” são, essencialmente, compostos como segue:

Título	2011			2010		
	Quantidade	Valor unitário	Total	Quantidade	Valor unitário	Total
Hayman Capital	252,18	757,17	190.942	-	-	-
Atmosphere Fund Class E	1.559,31	109,00	169.965	2.125,54	111,73	237.486
Atmosphere Fund Class H	1.449,64	95,99	139.151	1.668,98	117,67	196.389
Winton Class HE	1.148,84	111,37	127.946	-	-	-
Harbinger Capital A	-	-	-	360	278,84	100.383
			<u>628.004</u>			<u>534.258</u>

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da
Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, bem como da sua subsidiária, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, as informações e os esclarecimentos solicitados.

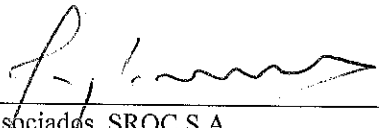
No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2011 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que inclui no seu parágrafo 5 uma ênfase.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade não cumpriu, na íntegra, com o disposto na legislação que rege a sua actividade no que se refere à limitação da concessão de crédito, na medida em que naquela data e em outras datas do exercício foram geradas contas a receber associadas a operações de títulos realizadas pela Sociedade por conta de clientes para as quais nas data das respectivas liquidações financeiras, na ausência de fundos por parte dos clientes, a Sociedade efectuou tais pagamentos. As situações referentes a 31 de Dezembro de 2011 encontram-se detalhadas na Nota 8 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito no parágrafo anterior e tendo em consideração o descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 30 de Março de 2012


Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matricula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-091 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”) e subsidiária, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 10.557.564 Euros e capitais próprios de 1.820.547 Euros, incluindo um resultado líquido de 112.015 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e sua subsidiária em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Página 2 de 2

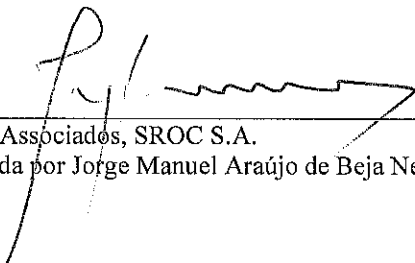
Ênfase

5. Conforme referido na Nota 24 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa do Grupo Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. recebeu uma notificação de uma entidade de supervisão na sequência de uma acção de inspecção por esta efectuada em Outubro de 2008 que, em caso de decisão desfavorável, poderá resultar em coimas cuja moldura contra-ordenacional está descrita na referida nota. O Conselho de Administração da Empresa não concorda com o teor da notificação, tendo apresentado a sua defesa face às acusações apresentadas pela entidade de supervisão, pelo que não foi registado nas demonstrações financeiras anexas qualquer ajustamento que possa resultar, se algum, da conclusão deste processo, cujo desfecho é, nesta data, incerto.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 30 de Março de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ACTAS

ATA N.º 6

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e doze, pelas onze horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429 (dois mil quatrocentos e vinte e sete/ dois mil quatrocentos e vinte e nove), na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., pessoa colectiva e registada na 2ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com a matrícula número 507.557.514, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço e contas do exercício de dois mil e onze;_____

Dois - Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas, consolidados, do exercício de dois mil e onze;_____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade._____

Cinco - Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único para o triénio 2012-2014._____

Seis - Remunerações dos órgãos sociais._____

Encontravam-se presentes ou representados todos os acionistas da sociedade, tendo estes assinado a lista de presenças e ficando o respectivo instrumento de representação arquivado em pasta própria anexa à presente ata. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente ata, nos termos do artigo sexagésimo terceiro do código das sociedades comerciais. _____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Moraes Coelho.-

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos acionistas presentes detentores da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida. _____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2011, os quais foram aprovados por unanimidade._____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2011, os quais foram aprovados por unanimidade._____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira: «Propõe-se que os resultados líquidos positivos do exercício no valor de

ACTAS

506.968,67 €, tenham a seguinte aplicação: Reserva legal (5%): 25.348,43 €; Resultados transitados: 481.620,24 €».

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o vogal do Conselho de Administração, Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os atos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O Presidente da Mesa apresentou então a seguinte proposta:

«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quinto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o acionista Joaquim Pedro Almeida Costa, o qual apresentou a seguinte proposta:

«Proponho que para o triénio 2012-2014 sejam reconduzidos o Presidente do Conselho de Administração e o vogal Dr. Alfredo Menezes, bem como o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja eleito um novo vogal do Conselho de Administração, um novo Fiscal Único, um novo Fiscal Único Suplente e um novo secretário da Mesa da Assembleia Geral, ficando, assim, os órgãos sociais com a seguinte composição:

Conselho de Administração:

Presidente: Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, casado, residente na rua de Calvelo de Cima, 33, Fraião, 4715-132 Braga, contribuinte número 216 984 939;

Vogal: Alfredo Manuel Pinto Menezes, casado, residente na rua Maria Peregrina de Sousa, 82, 4250-095 Porto, contribuinte número 201 520 729.

Vogal: Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho, casada, residente na rua Aristides de Sousa Mendes, 224, 4150-088 Porto, contribuinte 218 661 088;

Fiscal Único: «Patrício, Moreira, Valente & Associados, S.R.O.C.», inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas com o número 21 e no Registo de Auditores da CMVM com o número 196, com sede na Avenida do Brasil nº15 - 1º, 1749-112 Lisboa e escritórios na Rua da Saudade, nº132 - 3º, 4150-682 Porto, pessoa coletiva 501 612 181, representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos, inscrito na OROC sob o número 1034, casado, com a morada profissional na Rua da Saudade nº132 - 3º, 4150-682 Porto, contribuinte número 198 025 408;

Suplente: Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, casado, inscrito na OROC sob o número 622, residente na Rua José Falcão n.º 190 - 1º, 4050-315 Porto, contribuinte número 108 671 208;

Mesa da Assembleia Geral:

ACTAS

Presidente: Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha, casado, com domicílio profissional na Rua Pedro Homem de Melo, 55, Sala 605, na cidade do Porto;_____

Secretário: Joaquim Pedro Almeida da Costa, solteiro, maior, residente na rua Dra. Dulce Barros Moura, 22, 4610-157 Felgueiras, contribuinte número 187 614 890._____

Mais proponho que:_____

- os membros do Conselho da Administração, fiquem dispensados de prestar a caução prevista no artigo 396.º do código das sociedades comerciais;_____

- os membros do Conselho de Administração, não auferam remuneração;_____

- os membros da Mesa da Assembleia Geral, não auferam qualquer remuneração._____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade._____

O Presidente colocou, então, à discussão o sexto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o acionista Dr. Vasco Freitas, o qual apresentou a seguinte proposta: _____

«Proponho que seja aprovada a política de remunerações constante em documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante»._____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade._____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das onze horas e cinquenta e cinco minutos e, para constar, dela se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade._____

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



A Secretária,

